

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NOS RECLAMOS POR UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Congresso Online Nacional de Pedagogia, 2^a edição, de 20/09/2021 a 22/09/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-89-0

MARTELOZO; Janaina Favaretto ¹

RESUMO

A participação dos cidadãos nas decisões sobre assuntos públicos sempre foi uma busca constante nas democracias liberais, sendo o voto o modelo de representação que foi difundido pelo mundo. Contudo, esse modelo acumulou muitas críticas, tais como, as fraquezas do sistema democrático representativo que geralmente apresenta uma baixa representatividade, insulamento dos agentes políticos e da burocracia, e desconsideração das demandas externadas pelos cidadãos, o que apontou para a necessidade de construir novas alternativas de participação e exercício da cidadania. Como alternativa, diversos atores sociais e movimentos civis organizados, descontentes, foram arquitetando novas maneiras de se relacionar com o Estado, a fim de conseguirem encaminhar suas demandas para serem atendidos através de políticas públicas. Com o advento da Constituição Federal de 1988, que traz à tona os Direitos Sociais, o associativismo foi se expandindo e agregando, através da livre manifestação, diversas pessoas que não faziam parte da tomada de decisões sobre assuntos em que eram os principais atingidos, possibilitando que um número maior de participações fossem estruturadas e incorporadas as dinâmicas estatais. O trabalho tem o objetivo de identificar o papel de conselhos e conferências no contexto histórico dos reclamos por uma educação inclusiva na agenda governamental. Através de relatórios de conferências, nos documentos do Conselho Nacional de Educação, principais ações, diretrizes, programas, planos, interesses, avanços, recuos, limitações, as políticas de governo e os direcionamentos estendidos à Educação Básica na perspectiva inclusiva, bem como os documentos legais que norteiam tal temática, referências bibliográficas, artigos, métodos comparativos, pretendendo, portanto, verificar em que momento os discursos sobre igualdade e diferença passaram a fazer parte do que atualmente denominamos educação inclusiva. A participação institucionalizada nos Conselhos Gestores e Conferências de Políticas Públicas tem crescido nos últimos anos e se destacando no debate da sociedade por melhorias. Os contrastes urbanos, são uma característica marcante da sociedade brasileira, e isso nos desafia a estudar e pensar possibilidades de mudança, motivo pelo qual o assunto tomou uma proporção especial em diversas pesquisas acadêmicas. Essa nova forma de representação, pensada para corrigir as dificuldades encontradas, é definida por Lei ou a partir de vontade política, tendo como principal objetivo, de maneira sucinta, acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre políticas públicas que serão implementadas pelo poder público para que ocorra uma melhor distribuição dos recursos. Então, após o estudo, conclui-se necessária a definição e implementação de políticas públicas em âmbito nacional, pois percebemos como ao longo da história do país diversos atores sociais influenciaram nas definições das políticas públicas voltadas para a educação especial, desde os organismos internacionais, as organizações da sociedade civil e principalmente as Instituições Participativas, por meio de suas Conferências ou Conselhos, que tem papel fundamental na formulação, implementação e regulamentação, visando um sistema educacional inclusivo que garanta o acesso, a permanência e aprendizagem de todos os alunos. Os resultados da pesquisa apontam para um processo de amadurecimento da participação popular, mas também aponta para as dificuldades enfrentadas na universalização do acesso à escola, escola de qualidade, que possa garantir as

¹ Advogada pela Faculdade Maringá, Pós-Graduada em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera – UNIDERP, Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Centro Universitário Una – EBRADI, Pós-Graduada pela Universidade Pitágoras – UNOPAR, Graduanda em Letras Português – Inglês pelo Centro Universitário Ingá – Uningá, Pós-Graduanda em Atendimento Educacional Especializado – Educação Especial e Inclusiva pelo UNICESUMAR, Cursando crédito no Mestrado como aluna não-regular na Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, janaina.favaretto@hotmail.com

especificidades da população-alvo da educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial, Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Instituições Participativas, Conselhos e Conferências

¹ Advogada pela Faculdade Maringá, Pós-Graduada em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera – UNIDERP, Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Centro Universitário Una – EBRADI, Pós-Graduada pela Universidade Pitágoras – UNOPAR, Graduanda em Letras Português – Inglês pelo Centro Universitário Ingá – Uningá, Pós-Graduanda em Atendimento Educacional Especializado – Educação Especial e Inclusiva pelo UNICESUMAR, Cursando crédito no Mestrado como aluna não-regular na Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, janainafrmartelozo@hotmail.com